

**AO ILUSTRE PREGOEIRO DA COMISSÃO DE PREGÃO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO/MG.**

PROCESSO:019/2022
MODALIDADE: Pregão 11/2022
FORMA: Eletrônica
TIPO: Menor Preço Por Item
SISTEMA: Registro de Preços

PRÓ-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 06.030.279/0001-32, sediada em Lavras/MG, na Rodovia BR 381, Km 702, Engenho da Serra, vem, respeitosa e tempestivamente, por seu representante, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

em epígrafe, nos termos que seguem.

**I. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO EDITAL – QUALIFICAÇÃO
TÉCNICA**

Como se verifica no objeto do edital, abriu-se procedimento para “*Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Coleta, Transporte, Tratamento Térmico e Destinação final de Resíduos de Saúde, solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Monte Carmelo – MG.*”

O item 9 do instrumento convocatório estabelece os requisitos para a participação das empresas, no que concerne à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica.

No entanto, nota-se que o próprio objeto do supracitado certame, solicita destinação final dos resíduos:

“*Empresa para Prestação de Serviços Coleta, Transporte, Tratamento Térmico e Destinação final de Resíduos de Saúde...*”

Porem no referido edital, não consta os itens abaixo nos requisitos para habilitação técnica dos interessados em contratar com a Administração Pública, exigência constante da Lei nº 8.666/93:

Licença para Disposição final dos resíduos sólidos de saúde do licitante para dar a devida destinação, conforme Lei 178/2017 art. 4º, inciso VIII.

Licença para transporte, tratamento e disposição final dos resíduos perigosos, em conformidade com Resolução RDC 222/2018 da ANVISA, Resolução CONAMA nº 358/2005.

Licença para tratamento térmico de resíduos por incineração em conformidade com a Resolução CONAMA nº 316/2002.

Comprovação de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura CREA de sua região;

Registro do Responsável Técnico, perante ao CREA de sua região.

Como se sabe, a Administração Pública está adstrita ao fiel cumprimento da lei, devendo orientar sua atuação a partir dos princípios contidos no art. 37 da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte (...).

Na esteira do que estabelece tal comando constitucional, a Lei nº 8.666/93, aplicável a toda e qualquer modalidade de licitação, determina:

*Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos.*



Logo, a partir do momento em que é o edital que balizará, de forma objetiva e vinculante, os exatos limites em que deve se dar a contratação de serviços pelo Poder Público, é necessário que os termos do instrumento convocatório sejam completos e precisos de modo a garantir o atendimento dos desígnios da licitação.

Se, sobretudo em matéria ambiental, de grande relevância para a coletividade, tal delimitação não ocorrer de forma segura, estarão acentuados os riscos de uma má prestação de serviços e, sobretudo, os riscos de danos ao meio ambiente.

Destaque-se, nesse contexto, que a Constituição Federal prevê:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

(...)

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

(...)

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (...).

Desse modo, sem definições completas no edital acerca dos requisitos necessários para a demonstração de qualificação técnica, o ente licitante não estará atuando conforme os ditames da Constituição Federal e dos demais dispositivos legais de regência da matéria, aí incluídos o recém publicado Decreto Estadual nº 47.383/2018, que substituiu o Decreto nº 44.844/2008, e a Resolução RDC nº 306, da ANVISA, que determina como deveres:

2.5 - *Fazer constar nos termos de licitação e de contratação sobre os serviços referentes ao tema desta Resolução e seu Regulamento Técnico, as exigências de comprovação de capacitação e treinamento dos funcionários das firmas prestadoras de serviço de limpeza e conservação que pretendam atuar nos estabelecimentos de saúde, bem como no transporte, tratamento e disposição final destes resíduos.*

2.6 - *Requerer às empresas prestadoras de serviços terceirizados a apresentação de licença ambiental para o tratamento ou disposição final dos resíduos de serviços de saúde, e documento de cadastro emitido pelo órgão responsável de limpeza urbana para a coleta e o transporte dos resíduos.*

2.7 - *Requerer aos órgãos públicos responsáveis pela execução da coleta, transporte, tratamento ou disposição final dos resíduos de serviços de saúde, documentação que identifique a conformidade com as orientações dos órgãos de meio ambiente.*

Destarte, fica impugnado o edital em razão da ausência de exigência de apresentação dos documentos de aferição da capacidade e adequação técnica.

II. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, requer-se a alteração do item 9.2 do edital, incluindo-se as exigências mínimas necessárias acerca da qualificação técnica das empresas interessadas em participar do processo licitatório.

Em caso de negativa de alteração do instrumento convocatório, requer-se a expressa manifestação da Comissão acerca das matérias tratadas nesta impugnação, para que seja possível eventual questionamento junto às autoridades competentes.

Nestes termos,

Pede deferimento.

De Lavras/MG para Monte Carmelo/MG,

15 de Fevereiro de 2022.

06.030.279/0001-32

PRO-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA

WAGNER NOGUEIRA

Gerente

RG: M-317. 237 SSP/MG

CPF: 212.886.906-49

Wagner Nogueira

Gerente

Pro-Ambiental Tecnologia Ltda

PRO-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA.

RODOVIA FERNÃO DIAS, KM 702 - S/N
ENGENHO DA SERRA - CEP: 37.200-000

LAVRAS - MG